

Concessão do esgoto é ilegal, diz Chiara; Bira pede prazo e votação fica para 2024

A não ser que prefeita solicite sessão extraordinária, votação do PL da Concessão ocorrerá na primeira sessão do ano que vem

ANDRÉ FLEURY MORAES

Relatora na Comissão de Economia do Projeto de Lei (PL) que autoriza a concessão do sistema de esgoto de Bauru, a vereadora Chiara Ranieri (União Brasil) afirma que a proposta não tem amparo legal.

O argumento consta em parecer entregue pela parlamentar à Câmara nesta segunda-feira (11) e ainda precisa passar pelo crivo dos demais membros do colegiado.

Um deles é o vereador Pastor Bira (Podemos), que pediu prazo para analisar o documento e adiou novamente a votação do PL da Concessão. Bira tem até quarta-feira (13) para deliberar sobre o projeto.

O parecer de Chiara tem 13 páginas. Segundo a vereadora, a proposta "ainda apresenta lacunas consideradas fundamentais que, sem a transparência necessária e clareza em seus objetivos, podem representar riscos à saúde financeira do Departamento de Água e Esgoto (e, por assim, da Prefeitura de Bauru) e prejuízo aos consumidores".

Um dos problemas, segundo Chiara, está na falta de

RECESSO

Sessão de ontem foi a última deste ano antes do recesso parlamentar

clareza em torno do que será o contrato de concessão e a ausência de uma vinculação do projeto à modelagem elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

A parlamentar também aponta para a possibilidade de a conta final, que chega às residências dos consumidores, aumentar substancialmente depois da concessão.

Como noticiou o JC, um parecer da assessoria de Finanças e Orçamento da Câmara de Bauru afirmou que o DAE teria de reajustar o valor da tarifa de água em 58,73% para conseguir se sustentar economicamente caso a concessão do sistema se concretize e a autarquia perca o valor que recebe pelo serviço.

Embora opine pela ilegalidade do texto, a manifestação da parlamentar também sugere emendas ao projeto original e sinaliza que os vereadores po-

dem apreciar as mudanças independentemente da manutenção ou não do parecer.

Uma delas específica que a receita da futura concessionária, caso o PL seja aprovado, advirá da tarifa paga pelos usuários dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos – o texto original fala em "tarifas", o que causa insegurança aos contribuintes, segundo Chiara.

"Ao se usar plural para tratar de tarifas e serviços, vinculados ao desconhecido contrato, uma grande insegurança é gerada aos legisladores e aos usuários", aponta.

A não ser que a prefeita Suellen Rosim (PSD) peça uma sessão extraordinária, a votação do PL da Concessão deverá acontecer somente no ano que vem. O encontro legislativo desta segunda foi o último de 2023. O recesso parlamentar começa na semana que vem.

A proposta tramita na Câmara desde junho deste ano e até agora só passou por duas comissões, a de Justiça e a de Economia – o parecer desta última ainda está pendente.

O projeto tramita em regime de urgência desde setem-



A vereadora Chiara Ranieri (União Brasil)

bro. A modalidade limita para 20 dias úteis - o equivalente a um mês - o prazo para que todas as comissões deem parecer sobre o projeto. Depois, o texto precisa ser obrigatoriamente colocado em votação nas 10 sessões seguintes - fase na qual a proposta se encontra.

Na prática, o projeto precisa ser votado pelos vereadores até a primeira sessão de 2024. Caso contrário, nenhuma outra proposta poderá ser apreciada – o que travará a pauta legislativa.

Elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Eco-

nômicas (Fipe), entidade vinculada à USP, a modelagem da concessão do esgoto em Bauru prevê a exploração do setor pela iniciativa privada por 30 anos.

Para além da finalização da obra da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vargem Limpa, o projeto prevê também a instalação de um emissário (um equipamento submerso de tratamento de esgoto) no Rio Bauru, a ampliação da ETE Tibiriçá e a modernização da ETE Candeia. Todas ficarão sob responsabilidade da nova concessionária.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 3